

A LITERATURA E A SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

André Luís de Araújo
Professor do Departamento de Letras da PUC-Rio/PPGLCC
andre.araujo@puc-rio.br

Resumo: É de extrema relevância para a cena cultural contemporânea pensar as contribuições dos estudos literários, sobretudo quando se trata de compreender os desdobramentos sociais e políticos no Brasil, nestes últimos tempos. Nesse sentido, o intuito de ler a sociedade brasileira, no contexto atual, pretende ampliar o foco das questões teóricas e hermenêuticas sobre o ser da literatura, bem como suas implicações ético-estéticas, para além de qualquer autorreferencialidade interpretativa ou instrumentalização artística.

Palavras-chave: literatura; interpretação; sociedade brasileira contemporânea

Preâmbulo

O convite para participar do painel *A literatura interpretando a sociedade brasileira contemporânea*, neste XVII Simpósio Internacional de Filosofia e Teologia, cujo tema é: *Filosofia e Teologia no Brasil, hoje: questões, desafios e tarefas* é motivo de profunda esperança e alegria, compreendendo a importância que a literatura tem como interface para nos ajudar a ler a sociedade brasileira no contexto atual. Afinal, *a partilha do sensível*, parafraseando o filósofo francês Jacques Rancière, que pretendemos fazer, a partir de contribuições de alguns teóricos dos estudos literários, se abre a uma compreensão mais estendida sobre o ser da literatura e suas implicações estéticas e políticas, ampliando largamente o foco da questão proposta.

Pelo termo de constituição estética deve-se entender aqui a partilha do sensível que dá forma à comunidade. Partilha significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição em quinhões. Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas. (RANCIÈRE, 2017, p. 7)

A ressalva feita por Rancière, em seu livro *Políticas da Escrita*, faz-nos atentar, assim, para o conceito de partilha, mas com uma significação e interpretação que pode ser diametralmente oposta, determinada no sensível pela relação que se estabelece: de comunhão ou de exclusão. O interesse de Rancière repousa sobre os atos estéticos como configurações da nossa experiência que expressam nossos modos de ser, de proceder e de sentir e que manifestam formas de subjetividade política e, por extensão, estética e linguístico-literária, mais ainda

quando nos propomos a refletir sobre teorias e sobre experiências que procuram pensar as relações da arte com a vida, como quando nos debruçamos sobre a literatura e a sociedade brasileira atual.

Certamente, a multiplicação verborrágica dos discursos, as inúmeras crises que experimentamos, a generalização de espetáculos horrendos, a proliferação de imagens são indicações suficientes de que, hoje em dia, é no terreno de uma estética política que seguiremos na batalha, centrada no enfrentamento necessário à garantia de direitos e ao cumprimento de deveres, pela vivência da cidadania plena, como a evocada pelo Papa Francisco na encíclica *Fratelli tutti* (131).

Para aqueles que chegaram há bastante tempo e já fazem parte do tecido social, é importante aplicar o conceito de cidadania, que «se baseia na igualdade dos direitos e dos deveres, sob cuja sombra todos gozam da justiça. Por isso, é necessário empenhar-se por estabelecer nas nossas sociedades o conceito de cidadania plena e renunciar ao uso discriminatório do termo minorias, que traz consigo as sementes de se sentir isolado e da inferioridade; isto prepara o terreno para as hostilidades e a discórdia e subtrai as conquistas e os direitos religiosos e civis de alguns cidadãos, discriminando-os».

Nestes dias, mais do que antes, cumpre ter em vista o que se pode desenhar depois do que se confirmou nestas últimas eleições no país. Por isso mesmo, o melhor é ser um arauto da esperança, pois não se trata de reivindicar o desencanto, mas de despertar as consciências, também pela vocação vanguardista da arte, de um modo geral, e da literatura, especialmente, com a finalidade de provocar nossas vidas e nossas condições de possibilidade, para restabelecer as condições de inteligibilidade do debate. Nesse sentido, é bom que estejamos muito conscientes de nossa incidência concreta e fecunda no tecido social com o qual lidamos, a partir das condições de enunciação que temos, atravessados que somos por inúmeras linhas de força, que podem e devem ser cartografadas num horizonte dialógico. “É preciso abrir as palavras, [...] para que se liberem vetores...” (DELEUZE, 1992, p. 167). Isso é capaz de tornar ainda mais visíveis nossa identidade e nossa vida-missão, que se atualiza na prática do discernimento, em variados níveis, considerando o ser humano e suas formas de ação e de participação, com vistas à equidade e a um desenvolvimento sustentável, quando tratamos de atitudes e meios concretos e eficazes de transformações urgentes e necessárias – para além da instrumentalização da literatura e da arte, que são mais que um mero sintoma destes tempos difíceis, vale recordar.

Isto é, em primeiro lugar, elaborar o sentido mesmo do que é designado pelo termo estética: não a teoria da arte em geral ou uma teoria da arte que remeteria a seus efeitos sobre a sensibilidade, mas um regime específico de identificação e pensamento das artes: um modo de articulação entre maneiras de fazer, formas de visibilidade dessas maneiras de fazer e modos de pensabilidade de suas relações, implicando uma

determinada ideia da efetividade do pensamento. Definir as articulações desse regime estético das artes, os possíveis que elas determinam e seus modos de transformação [...]. (RANCIÈRE, 2020, p. 13)

Esse delineamento nos leva à reformulação de certas problemáticas, para fugir do lugar comum e do risco do panfletário ou de generalizações apressadas, abandonando o pessimismo crescente para propor uma *literatura pensante*, como bem definiu o filósofo Jacques Derrida, a fim de entrever uma nova gramática possível de relações e de interlocuções ético-estéticas e culturais. O esforço de pensar a literatura desde este ponto de vista implica “[...] abandonar a pobre dramaturgia do fim e do retorno, que não cessa de ocupar o terreno da arte, da política e de todo objeto de pensamento” (Ibidem, p. 14).

O *caráter pensante* que vimos evocando até aqui, desde Michel Foucault, com “O pensamento do exterior” (1966), esboça uma atividade reflexiva de natureza filosófica que advoga por uma *literatura pensante*, ou seja, pretende interrogar a História da Literatura, para dar conta do sentido em que se construíram a produção dos enunciados e os atos performativos poéticos e/ ou ficcionais. “O pensar literário, se existe, jamais é puramente teórico ou reflexivo em sentido convencional”. (NASCIMENTO, 2015, p. 320).

A Literatura

Nessa perspectiva, ainda, Antoine Compagnon, em *O demônio da teoria*, no capítulo que trata sobre “A Literatura” adverte-nos que os estudos literários podem abordar a literatura de muitas maneiras. Cumpre, portanto, visualizar a definição que temos do seu objeto específico, a saber, o texto. Por conseguinte, chegamos a outras perguntas igualmente necessárias: o que torna esse estudo textual literário? Ou como se definem as qualidades literárias de um texto? Numa palavra: o que é, explícita ou implicitamente, a literatura? Dessas questões derivam-se outras igualmente importantes: que relação o texto literário mantém com a realidade e com a História? Além disso, qual é a sua intencionalidade? Como ele é recebido pela comunidade de leitores? O que ele revela da língua e da cultura de uma comunidade de falantes? Que valores assume ou proclama?

Rapidamente veremos que nos movemos sobre um terreno resvaloso, como diria Guimarães Rosa, no *Grande Sertão: veredas*: “Todo caminho da gente é resvaloso. Mas, também, cair não prejudica demais – a gente levanta, a gente sobe, a gente volta!” (ROSA, 2001, p. 329). Afinal, não haverá consenso, o que tampouco poderá impedir nossas provocações aqui hoje. O intento é não derrapar numa certa autorreferencialidade quando pensamos a literatura, antes mesmo de entrarmos nas trincheiras da interpretação e, finalmente, da sociedade brasileira contemporânea.

Como já sinalizamos, há muitas entradas. Vale considerar, também, que o termo literatura é relativamente novo, data do início do século XIX. O que não significa dizer que a literatura seja algo recente. Basta pensar na Sagrada Escritura, ou em Homero e a lírica greco-latina, ou em Aristóteles que, como sublinha Compagnon, já observava, no início de sua *Poética*, a inexistência de um termo genérico para designar ao mesmo tempo os diálogos socráticos, os textos em prosa e o verso: “A arte que usa apenas a linguagem em prosa ou versos [...] ainda não recebeu um nome até o presente” (1447a 28-b9)¹. É bom recordar que essas definições e classificações de gênero nunca foram suficientes para delimitar a literatura, nem mesmo quando se tentou, nessa altura, uma essencialização ou uma taxonomia. Segundo Roland Barthes, em seu texto, “Linguística e Literatura”, “a noção de gênero só será aceitável se se destruir, se se abandonar ou se se deslocar” (BARTHES, s.d., p. 14).

Esses deslocamentos são, portanto, necessários, pois é impossível estudar um texto em particular sem enunciar imediatamente uma teoria do sentido, um ponto de vista contextual, seja ele sócio-histórico, psicológico ou filosófico. De algum modo, o estudo literário estará sempre no limiar de uma abordagem histórica – pensando o texto como documento, num sentido lato – e uma abordagem linguística – pensando o texto como materialidade, ou seja, considerando a literatura como arte da linguagem. E isso nos leva a inúmeros desdobramentos quando nos interessamos por sua natureza, sua extensão, sua forma, seu conteúdo, suas possíveis atribuições de função, os preconceitos derivados de cada noção, o cânone, o que se ensina nas escolas, as tautologias... No fundo de todas elas aparecem as costumeiras inquietações: o que é a literatura? (lembrando do texto homônimo do filósofo Jean-Paul Sartre) e ainda a coragem de nos perguntarmos, como fizeram os formalistas: quando se trata de literatura? Sem falar que há línguas naturais nas quais o termo literatura não encontra tradução ou algo que lhe seja equivalente – como aponta Compagnon (2001, p. 30).

Não podemos, então, negligenciar essas questões antes até de pensar na literatura que interpreta a sociedade brasileira contemporânea, porque o sentido do que perseguimos hermeneuticamente – a literatura que pensa e interpreta – encontra raízes profundas e em solos muito diferentes, variando consideravelmente segundo as épocas e as culturas. Numa concepção moderna, com o declínio do tradicional sistema aristotélico de gêneros, o sentido do termo literatura, por exemplo, é herdeiro do Romantismo, isto é, da afirmação da relatividade histórica e geográfica do gosto burguês e, por conseguinte, mantém estreita relação com o

¹ Cf. Compagnon, 2001, p. 29-30.

conceito de nação e com sua evolução histórica. A partir dessa época, começamos a reconhecer literaturas nacionais, com seus grandes escritores, heróis do mundo moderno, pertencentes a cânones e encarnando padrões estéticos e de imitação, dado que moldam bem o espírito de uma nacionalidade, com seus valores e cultura particulares. Interessante notar que de uma definição do ponto de vista dos escritores passamos a uma definição do ponto de vista do ensino – dirá Compagnon. Além disso, literatura passa a ser tudo o que esses escritores escrevem, entre correspondências e anotações irrisórias. Não tardam os paradoxos: os clássicos passam a universalizar valores, no que se refere ao conteúdo, ao mesmo tempo em que são considerados únicos, no que se refere à forma. Assim, em muitos casos, literatura é o que se ensina e não é de admirar que os clássicos passem a ser aqueles autores lidos em classe.

Rapidamente se compreende, então, que todo julgamento de valor repousa sobre um atestado de exclusão, pelo motivo que se queira evidenciar. Identificar, portanto, a literatura com o valor literário equivale a negar o valor de outras manifestações artístico-literárias, consideradas menores ou desviantes. Podemos ampliar a questão e trazer para o debate a literatura de um autor importante como Machado de Assis, embranquecido, para caber no cânone nacional como um clássico da literatura brasileira. Isso sem deixar de mencionar o que aconteceu à obra de mulheres, negligenciadas pela cor da pele, como Maria Firmina dos Reis e mesmo homens, como Lima Barreto, que sofria com o alcoolismo e a quem foi negada a pertença à Academia Brasileira de Letras, pelo menos por duas vezes. A lista dos minorizados é imensa, mas vem ganhando visibilidade, ainda que muitos tenham sido postos à margem sob a pecha de pacientes psiquiátricos, subversivos ou marginais, por insistirem em temas ou lugares de enunciação pouco convencionais ou divergentes, como a literatura *queer* e suas identidades múltiplas.

Tratando da estética da recepção, Compagnon (2001, p. 33) insiste em que “O estreitamento institucional da literatura, no século XIX, ignora que, para aquele que lê, o que ele lê é sempre literatura [...]”. Muitas vezes, porém, o critério de valor que inclui um texto e rechaça outro não é nem literário nem teórico, mas preconceituoso e ideológico, em suma: extraliterário.

Outro perigo que ronda sempre é pensar a literatura no desempenho de uma função. Sem nos estendermos muito nessa discussão, vale notar que facilmente podemos atribuir-lhe uma tarefa social e moral em franca contribuição com um discurso dominador e reacionário, ou seja, servindo ao “aparelho ideológico do Estado”, podendo produzir o consenso ou o dissenso,

limitando-a a corresponder a causas ou a consequências, a depender da funcionalidade atrelada. Em todo caso, trata-se da escancarada instrumentalização do elemento literário pura e simplesmente: a literatura a serviço de...

No outro extremo, encontra-se a autorreferencialidade da literatura, não se dirigindo senão a si mesma, separada da vida como mero uso estético da linguagem escrita. Alguns advogam, ainda, por uma distinção entre a forma da expressão ou a forma do conteúdo, isto é: a linguagem cotidiana, por ser mais denotativa, não encontraria lugar na literatura, que é mais conotativa e ambígua. O que dizer, então, dos diários poéticos produzidos por autores da *geração mimeógrafo*, nos anos de ditadura militar no Brasil, como a poesia de Ana Cristina Cesar, por exemplo? Vale observar que Roman Jakobson (1973, p. 15) chegava a dizer que: “o objeto da ciência literária não é a literatura, mas a literariedade, ou seja, o que faz de uma determinada obra uma obra literária”.

Qual seria, então, essa propriedade – essa essência – que torna literários uns textos e outros não? Para os formalistas, seria a desfamiliarização ou o estranhamento produzido, dado que esses critérios apostam na renovação da sensibilidade linguística dos leitores por meio de procedimentos que desarranjam as formas habituais e automáticas da percepção. No entanto, não basta que um procedimento se torne repetitivo para que venha a ser considerado familiar? Por quanto tempo uma novidade se mantém? O formalismo, dirá Compagnon (p. 41), apoiado pela linguística e revigorado depois pelo estruturalismo, libera o estudo literário dos pontos de vista estranhos à condição verbal do texto. A pergunta que permanece é: seria mesmo possível uma ciência da literatura em detrimento de uma estilística textual?

Como se pode notar, os argumentos anteriores são facilmente refutáveis, pelo simples fato de que certos textos literários não se afastam da linguagem cotidiana. Nesse sentido, como não existem elementos linguísticos exclusivamente literários, a literariedade não pode distinguir um uso literário de um uso não literário da linguagem. Exemplos de autores da literatura brasileira não nos faltariam para contradizer facilmente essa proposição, mais ainda quando entramos de cheio no terreno da ficcionalidade e dos articuladores da ficção, mesclando-se à vida do dia a dia. Gérard Genette, crítico literário francês e grande teórico da literatura dirá que “a literariedade, sendo um fato plural, exige uma teoria pluralista” (GENETTE, 1991, p. 31) e, mais adiante, afirmará que o mais prudente “é, pois, aparente e provisoriamente, atribuir a cada um a sua parte de verdade, isto é, uma porção do campo literário” (Ibidem, p. 25). Isso equivale a dizer que não existem essencialismos. A realidade da literatura é realidade complexa,

heterogênea e em constante devir. Contudo, para não cairmos numa afirmação autotélica ou aporística acerca da literatura que, sabemos, diz algo sobre a realidade em que vivemos, como podemos sair desse imbróglio e propor uma leitura condizente com o que estamos analisando?

A literatura como intérprete da cena cultural contemporânea brasileira

Uma vez que já fizemos um longo percurso sobre o cuidado com as definições a respeito da literatura, cabe agora uma precisão maior acerca do termo interpretação, mais ainda porque desejamos deslindar o momento atual da sociedade brasileira. Em primeiro lugar, como vimos, a literatura escapa de ser um retrato fidedigno da sociedade, ao mesmo tempo em que não deixa de apresentar-se criticamente. Nesse sentido, nenhuma das ingenuidades seria admissível, visto que a literatura não se faz alheia aos acontecimentos sociais. Exatamente por essa razão, o conceito de ficção que ora apresentamos vai dar-nos elementos para uma posição mais produtora. Afinal, antes de elegermos este ou aquele autor, este ou aquele texto como exemplos hermenêuticos que elucidem a questão, vale mais começar pela racionalidade que a ficção estabelece, no dizer de Rancière, ou seja, entrever os modos de inteligibilidade apropriados à construção de histórias, sobretudo aqueles modos que nos ajudam a ler os fenômenos históricos.

“A separação da ideia de ficção da ideia de mentira define a especificidade do regime representativo das artes” (RANCIÈRE, 2020, p. 53). Dito isso, fingir não é propor engodos, mas elaborar estruturas inteligíveis, compreender a coordenação dos atos e dos enunciados linguístico-literários, já que existe uma lógica causal na apresentação dos acontecimentos. Isso supõe entender que a revolução estética redistribui o jogo literário por indefinição de fronteiras entre a razão dos fatos e a razão das ficções. Estamos falando, então, de um arranjo dos signos da linguagem ou de um novo modo de compreensão da literatura: “a ordenação ficcional deixa de ser o encadeamento causal aristotélico das ações ‘segundo a necessidade e a verossimilhança’”(Ibidem, p. 55). Para Rancière, trata-se da identificação dos modos de construção ficcional aos modos de leitura dos signos. Algo da ordem da topografia dos espaços, como diria Deleuze e Guattari, ao proporem a ideia dos *Mil Platôs*: uma geografia que emerge e que acentua acelerações ou desacelerações que potenciam e evidenciam discursos e significações. Ideias e conceitos capazes de movimento.

Isto quer a dizer que a noção de literatura se articula à noção de ficção à medida que as narrativas não nos podem aprisionar nas oposições entre o real e o artifício. “Trata-se de constatar que a ficção da era estética definiu modelos de conexão entre apresentação dos fatos

e formas de inteligibilidade [...]. Escribir a historia e escribir historias pertenecen a um mesmo regime de verdade” – dirá Rancière (Ibidem, p. 58). De fato, existe uma ética textual, junto do elemento estético, afirma o autor argentino Juan José Saer, o que nos leva a considerar a construção discursiva, para emancipar a ficção, dirá o autor: “[...] que nadie se confunda: no se escriben ficciones para eludir, por inmadurez o irresponsabilidad, los rigores que exige el tratamiento de la ‘verdad’, sino justamente para poner en evidencia el carácter complejo de la situación” (SAER, 2016, p. 15). Consequentemente:

Al dar un salto hacia lo inverificable, la ficción multiplica al infinito las posibilidades de tratamiento. No vuelve la espalda a una supuesta realidad objetiva: muy por el contrario, se sumerge en su turbulencia, desdeñando la actitud ingenua que consiste en pretender saber de antemano cómo esa realidad está hecha. No es una claudicación ante tal o cual ética de la verdad, sino la búsqueda de una menos rudimentaria. (Ibidem, p. 16)

Sempre haverá, como Saer pondera: “el obstáculo de la autenticidad de las fuentes, de los criterios interpretativos y de las turbulencias de sentido propios a toda construcción verbal” (Ibidem, p. 14). Aliás, essas dificuldades, tão amplamente debatidas no campo das ciências humanas, não parecem preocupar os praticantes felizes da *não-ficção* – ironiza o autor. Ainda que uma proposição não seja fictícia, não significa que ela seja automaticamente verdadeira.

É evidente que as convenções literárias não se limitam a efetuar uma legitimação funcional do impossível/inverossímil. “[...] no podemos ignorar que en las grandes ficciones de nuestro tiempo, y quizás de todos los tiempos, está presente ese entrecruzamiento crítico entre verdad y falsedad, esa tensión íntima y decisiva, no exenta ni de comicidad ni de gravedad [...]” (Ibidem, p. 20). Consideremos, também, que: “El fin de la ficción no es expedirse en ese conflicto sino hacer de él su materia, modelándola ‘a su manera’” (Ibidem, p. 20). O ficcional, e por que não dizer a literatura, adquire e propõe uma gramática nova de relações morfo-sintático-semânticas e pragmáticas. Por conseguinte, o que tomado em si mesmo constituiria um absurdo e não teria validade comunicativa passa a atuar como um sistema de valores.

Exatamente por esse princípio e pelas suas intenções, a ficcionalidade alcança sua expressão máxima, entre os imperativos de um saber objetivo e as turbulências da subjetividade, como propõe SAER (p. 21), isto é, constituindo-se como uma *antropologia especulativa*, sem nenhum reducionismo dos termos, mas assimilando e incorporando a sua própria essência e despojando-a de pretensões de absoluto. Linda Hutcheon (1991, p. 141), a esse respeito, acrescenta:

É essa mesma separação entre o literário e o histórico que hoje se contesta na teoria e na arte pós-modernas, e as recentes leituras críticas da história e da ficção têm se

concentrado mais naquilo que as duas têm em comum do que em suas diferenças. [...] as duas são identificadas como construtos linguísticos, altamente convencionalizadas em suas formas narrativas, e nada transparentes em termos de linguagem ou de estrutura; e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa.

“Não se trata, pois, de dizer que a “História” é feita apenas de histórias que nós nos contamos, mas simplesmente que a “razão das histórias” e as capacidades de agir como agentes históricos andam juntas” – arremata Rancière (2020, p. 59). Em outras palavras, os enunciados políticos ou literários produzem efeitos no real, definem modos de palavra ou de ação, constituem-se como regimes de intensidade sensível: trajetórias, relações, modos de proceder. Em suma, reconfiguram-se os mapas do sensível, abrem-se derivações, a tal ponto que a literatura não interpreta plasmando ingenuamente uma realidade, como correspondência ponto por ponto, nem a representa ou falseia – sob os riscos que isso implica –, essa literalidade é a condição de possibilidade da circulação de enunciados apropriados e desviados de sua destinação objetiva. A circulação dessas corporalidades discursivas propõe coletivos de enunciação, denuncia literalidades convencionais e abre o horizonte hermenêutico da literatura brasileira contemporânea a novos modos de percepção sensível, porque redistribui papéis e territórios de linguagem, como afirma Rancière (p. 60), recoloca em pauta a partilha do sensível num horizonte político maior, que acolhe subjetividades que se expressam para além de uma mera identificação imaginária pura e simples.

As últimas edições do Prêmio Jabuti têm dado lugar a essas expressões, quando, em 2020, premiava-se duas vezes um livro de poemas, como “Solo para viajeiro”, da autora pernambucana Cida Pedrosa, como melhor livro de poesia e Livro do Ano, repetindo, de certo modo, o que havia acontecido com o cearense Mailson Furtado, em 2017, com seu livro manuscrito “À cidade”; quando reconhece como melhor Romance Literário “Torto Arado”, de Itamar Vieira Junior, e melhor Livro Juvenil “Palmares de Zumbi”, de Leonardo Chalub; quando o Eixo Ensaio traz, ainda, como vencedores “Escravidão – vol 1”, de Laurentino Gomes, na categoria Biografia, Documentário e Reportagem e “Pequeno manual antirracista”, de Djamila Ribeiro, na categoria Ciências Humanas. O Prêmio Jabuti 2021 seguiu na mesma direção, reconhecendo “O avesso da pele”, de Jeferson Tenório, como melhor romance literário e “A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro”, de Bruno Paes Manso, na categoria Biografia, Documentário e Reportagem e, ainda, “A razão africana: breve história do pensamento africano contemporâneo”, de Muryatan S. Barbosa. Sem falar que estavam no páreo em 2020: “Carta à rainha louca”, da veterana Maria Valéria Rezende, religiosa das Cônegas de Santo Agostinho, como finalista na categoria romance literário, e “Ideias para adiar

o fim do mundo”, do líder indígena, ambientalista, filósofo e poeta Ailton Krenak, na categoria Ciências Humanas; além de outra cearense radicada em São Paulo, Jarid Arraes, com suas narrativas densas e variadas sobre o elemento feminino, na categoria Contos, com “Redemoinho em dia quente”. Neste mês conheceremos os finalistas deste ano de 2022.

Considerações finais

Guardadas as devidas proporções, para uma literatura em estreita vinculação com a realidade, como vimos, Rancière (2020, p. 61) arremata:

Não estou seguro de que a noção de utopia dê conta desse trabalho. [...] Do ponto de vista que nos ocupa, o das reconfigurações do sensível comum, a palavra utopia carrega duas significações contraditórias. A utopia é o não-lugar, o ponto extremo de uma reconfiguração polêmica do sensível, que rompe com as categorias da evidência. Mas também é a configuração de um bom lugar, de uma partilha não polêmica do universo sensível, onde o que se faz, se vê e se diz se ajustam exatamente.

Segundo o autor, as utopias trabalham sobre a base dessa ambiguidade: revogam as evidências sensíveis nas quais se enraíza a normalidade da dominação e propõem um novo ordenamento onde se suprime a contestação das relações entre as palavras e as coisas, relembrando essa memorável proposta de uma arqueologia das ciências humanas, de autoria de Michel Foucault. Dito de outro modo, o que a literatura parece propor, na perspectiva de uma apresentação da realidade, perfeitamente aplicável à realidade brasileira, é mais que uma leitura interpretativa ou representativa, mas uma reconfiguração das territorialidades visíveis do real, do pensável e do possível, uma heterotopia, misto de arte e de política.

De algum modo, é o que acontece quando, inspirado num poema de Bertolt Brecht, Inácio de Loyola Brandão encontra, entre os versos do poeta e dramaturgo alemão, o título definitivo para o seu romance: *Desta terra nada vai sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela* (2018). Nele, entremeiam-se referências históricas a uma dimensão espaço-temporal inquietante, uma espécie de universo paralelo. “Paralelo a quê? Em relação a que mundo? Que mundo é este?” – pergunta-se Felipe, em determinado momento dessa *ficção político-burocrática*, no dizer do autor.

Assim, se por um lado há uma provocação, uma iconoclastia repleta de sarcasmo, uma fabulação e um simulacro de um país em suspensão; por outro lado, essa narrativa faz pensar na gente que habita esse lugar, que tem medo da violência, mas que a pratica. Afinal, pelo que tudo indica, essa terra onde nada vai sobrar parece ser esta mesma em que vivemos, tendo atingido a marca de 1080 partidos políticos e tendo passado por 113 *impeachments* – um

negócio altamente lucrativo! Uma terra onde os políticos, chamados de astutos, diminuem de tamanho à medida que se corrompem, e os magistrados vivem isolados e ninguém os conhece.

Admira que ainda se tenha uma história de amor para contar. Certamente, por isso, o romance de Clara e Felipe agoniza em meio a um cenário assombroso: o país cuja capital federal mudou tantas vezes que ninguém sabe mais onde fica; o governo que aboliu as escolas; os Ministérios que foram extintos; as epidemias que voltaram; a autoeutanásia, legalizada para os idosos; os comboios de mortos que causam terror.

Evidencia-se, a história de um povo ainda hoje desterrado em sua própria terra. Um povo sob vigilância e punição: tornozeleiras eletrônicas acopladas nos indivíduos logo ao nascerem, celulares implantados em seus corpos, chips embutidos nas paredes. Instiga-se uma reflexão sobre espaços de enunciação e de negociação, lugares onde se amplificam vozes e experiências subjetivas que perguntam por direitos num mundo em desalinho.

Pelo visto, Inácio de Loyola Brandão propõe mais que uma distopia. Rancière, Saer e tantos outros parecem mesmo ter razão. Essa literatura provoca e angustia, borra fronteiras. De modo contundente, o que acontece?! Que lugar é esse? Quem somos nós nessa referencialidade? O que isso tem a ver com a nossa história? O visível, o pensável, o possível se reconfiguram? O que se enuncia sob o risco?! Alguém tome a palavra...

Referências

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Editora 34, 2015.

BARTHES, R. et alii. *Linguística e literatura*. In: **Linguística e Literatura**. Lisboa: Edições 70, s.d., p. 9-16.

COMPAGNON, A. “A literatura”. In: **O demônio da teoria**. Belo Horizonte: UFMG, p. 29-46.

DELEUZE, G. **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FRANCISCO. **Fratelli tutti**. Carta Encíclica sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Loyola, 2020.

GENETTE, G. **Fiction et diction**. Paris: Éditions du Seuil, 1991.

NASCIMENTO, E. **Derrida e a literatura**. São Paulo: É Realizações, 2015 (3ª. edição revista e ampliada), p. 297-391.

HUTCHEON, L. **Poética do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: Estética e política. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2020.

RANCIÈRE, J. **Políticas da Escrita**. São Paulo: Editora 34, 2017.

ROSA, J. G. **Grande sertão: veredas**. 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SAER, J. J. **El concepto de ficción**. Barcelona: Rayo Verde, 2016.

SARTRE, J-P. **O que é a literatura?** São Paulo: Ática, 2004.